

CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,
Verdade e Justiça do Paraná



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEMVEJ – REALIZADA EM 27/10/2025

Ao vigésimo sétimo dia do mês de Outubro do ano de 2025, às 15h00 em formato híbrido, presencialmente na Rua Francisco Maurer, 617, CEP: 81630-020 – Boqueirão, em Curitiba (PR) e *online* por meio de *link* disponibilizado para os (as) Conselheiros (as) sob justificativa prévia deu-se início a Reunião Ordinária do Comitê Estadual de Memória, Verdade e Justiça do Estado do Paraná (CEMVEJ/PR). Fizeram-se presentes os (as) **Conselheiros (as) Governamentais:** Titular: Adriane Isabelle (SEEC); Titular: Fabiane Bergmann (DEAP) e Suplente: Tamires Almeida (DEAP). **Conselheiros (as) da Sociedade Civil:** Titular: Ivete Maria Caribé Rocha (SEPAJ); Titular: Norton Nohama (UFPR); Titular: Aluizio Ferreira (Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná – SINDIJOR); Titular: Clóvis Antonio (UNILA). **Convidados (as) / Especialistas / Parceiros (as) / Colaboradores (as):** Gilberto Gibala (Assistente Administrativo - UTSC/SEJU); Titular: Maria Aparecida (TJPR); Cláudia Cristina Hoffmann (LUME); Guilherme Angelino (TCE). **Justificativa de Ausência:** Jane Cristina Lobato (viagem a trabalho), Olympio de Sá e Rafael Osvaldo (Sem expediente por conta do dia do Servidor Público – 28/10). **1. Abertura:** A princípio, Gilberto Gibala (Assistente Administrativo – SEJU/UTSC) saudou a todos e todas, e deu início à chamada nominal para registro em ata, pergunta se todos receberam a pauta no e-mail, todos receberam. **2. Informes da Secretaria Executiva:** **2.1.** Inclusões de pauta – Comissão Indígena da Verdade, proposta do conselheiro Clóvis Antônio (UNILA) e TCE participar do CEMVEJ. **2.2.** A SEJU por meio da Unidade Técnica de Suporte aos Colegiados (UTSC) convida a todos para o Seminário “Direitos Humanos no Século XXI: desafios e realidade locais no Paraná”. Data: 29 de Outubro de 2025, na Escola de Educação em Direitos Humanos – ESEDH, das 08h30 às 17h00. Informa que enviou no grupo o link da inscrição e mais informações sobre o evento. Logo após, deu-se início à Reunião Ordinária do Comitê Estadual de Memória, Verdade e Justiça do Paraná (CEMVEJ). Dra Ivete cumprimenta e dá as boas vindas a todos e

todas. **3. Aprovação de Pauta:** Primeiramente, foi solicitada a inclusão de duas pautas, TCE participar do CEMVEJ e Comissão Nacional Indígena da Verdade. A seguir, Dra Ivete (SEPAJ) colocou a pauta e suas respectivas inclusões em aprovação do pleno. Sem ressalvas, aprovadas. **4. Aprovação da Ata:** Todos receberam a ata no seu e-mail este mês e todos aprovaram sem ressalvas. **5. Relatos do LUME:** Cláudia Cristina Hoffmann (LUME) cumprimenta todos (as), e dá as boas vindas a Fabiane Bergmann (DEAP) e menciona que agora o Comitê tem representante do Departamento do Arquivo Público, que é muito importante porque trabalham em parceria com o Arquivo. Informa que a atividade informada na reunião passada que foi realizada no LUME: Lugar de Memória com uma turma de alunos do professor Régis da Universidade Federal da Fronteira Sul, foi muito bem desenvolvida através do Projeto Inventário Participativo Memória Verdade e Justiça, conseguiram que a professora Flávia recebesse os alunos, a Dra Ivete esteve lá palestrando, o Professor Régis fez uma doação de livros com o tema do LUME, e já se dispôs a fazer Projetos em conjunto com o LUME para poder fazer esse LUME itinerante, de levar as informações, trazer os alunos, esse dialogo é muito importante. Deixar registrado em ata essa inclusão de pauta sobre o convite do Tribunal de Contas para ele fazer parte do grupo do CEMVEJ, que se encaminhe ofício convidando e pedindo representante titular e suplente do Tribunal de Contas, por isso que o Guilherme Angelino (TCE) está presente nessa reunião, agradece a presença do Guilherme Angelino (TCE) representando o Dr Maurício Requião, e da mesma forma encaminhar para o Ministério Público do Trabalho (MPT) que eles integrem o grupo do CEMVEJ, ofício com uma solicitação do nome do representante titular e suplente do Ministério Público do Trabalho (MPT). Do Tribunal de Contas pode mandar para o Dr Maurício Requião e para o Ministério Público do Trabalho pode mandar para o Dr Rafael Garcia. Solicita para o Gilberto (Assistente Administrativo - UTSC/SEJU) para depois informar se foi encaminhado o ofício para trocar a representação da SEED no Comitê Estadual Memória Verdade e Justiça, se eles já responderam, porque pelo que o secretário da educação disse vai ser a professora Vânia. E menciona que para que em algum momento incluir na Pauta o

assunto do Decreto que foi modificado sem o conhecimento e consentimento, precisam saber qual a atual situação, e se isso vai ter como ser revisto porque retiraram do CEMVEJ o principal objetivo que é cumprir as recomendações do Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Paraná. Dra Ivete (SEPAJ) reafirma que esse ponto do Decreto precisam discutir sim e também acha importante que não esqueçam dessa questão e passa a palavra para Aluízio (SINDIJOR) falar do próximo ponto de pauta. **6. Memória do Movimento Sindical Urbano e Rural no Paraná:** Aluízio (SINDIJOR) menciona sobre o Decreto, dizendo que o Comitê perde seu principal objetivo que é dar continuidade dos trabalhos da Comissão Estadual da Verdade e colocar em prática as recomendações, e essa pauta tem tudo a ver com as recomendações, como levar para frente as recomendações que não é mais pertinente ao Comitê. Esclarece que o que chamou atenção para sugerir essa pauta, foi a cerimônia na USP da entrega das Certidões de Óbitos Retificada, que reflete a época que a grande maioria dos mortos e desaparecidos são oriundos do Movimento Estudantil e a pouca visibilidade do Movimento Operário Urbano e Rural no Brasil que enfrentou a Ditadura, no Paraná a resistência e o Movimento Sindical Rural foi muito forte, os Sindicatos foram organizados e depois do golpe os poucos sindicatos que foram organizados no campo foram destruídos. Cita que existem muitos casos e não sabe como podem ordenar isso, e que o único espaço que eles tem é o LUME e sugere pensarem na possibilidade de ter dentro do LUME um espaço do movimento operário camponês, uma mesa ou parede de resgate da memória do movimento operário camponês no Paraná, para as pessoas terem a visão da resistência e da repressão em Curitiba e outros lugares do Paraná. Se possível na próxima reunião do Comitê trazer o Laércio Souto Maior e Cláudio Ribeiro e colocar essa Pauta novamente para que venham e ajudem a trabalhar e dar visibilidade a esse tema. Expressa que é uma reflexão na ausência do movimento operário camponês na entrega das Certidões de Óbito. Aluízio (SINDIJOR) informa que precisará se ausentar antes do término da reunião. Dra Ivete (SEPAJ) pronuncia que é muito importante Aluízio (SINDIJOR) ter trazido esse tema, e que irão convidar para a próxima reunião Laércio Souto Maior e Cláudio

Ribeiro. **7. Comissão Nacional Indígena da Verdade:** O Prof. Clóvis (UNILA) saúda todos (as) e informa que esse tema surge no final de 2014 no final dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, a temática indígena e camponesa ingressaram depois no tema nacional e não se conseguiu abordar de fato como ela deveria ser abordada, que no levantamento preliminar feito pela comissão se apurou lá 8.350 (oito mil, trezentos e cinquenta) Indígenas assassinados e desaparecidos e das Comissões Estaduais poucas abordaram o tema, acha que um destaque importante é a Comissão do Paraná que foi a que mais abordou a temática indígena no seu texto final, depois que começou a surgir muita documentação e essa necessidade de fazer uma investigação mais aprofundada, desde aquela época começou a se demandar para o Governo Federal a criação de uma Comissão e no ano passado foi constituído um Fórum Nacional, Fórum Memória Verdade e Reparação Integral Não Repetição e Justiça para os Povos Indígenas. São quatro Organizações que coordenam diretamente: Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (ABIP); Instituto de Políticas Relacionais; o Ministério Público Federal, através da 6ª Câmara da Comissão e Revisão; O Observatório de Direitos e Políticas Indígenas da Universidade de Brasília. E várias outras organizações fazem parte, outras organizações indígenas, Organizações Não Governamentais e universidades como UNILA entre outras. Informa que os trabalhos foram concluídos no mês de Agosto e foi feita uma solenidade neste último dia vinte e um para entrega de uma Minuta para o Governo Federal sobre essa Comissão Indígena da Verdade em Brasília. Informa também que colocou os dois documentos no grupo do Whatsapp, a Minuta do Decreto e o Manifesto que foi produzido para a atividade e que durante este ano de trabalho foram identificados alguns contextos e alguns povos para iniciar trabalhos e dois deles são do Paraná, é o caso do povo Xetá da Região da Serra dos Dourados, Umuarama, do Noroeste do Estado, e o povo Avá-Guarani do Oeste do Estado, afetados pela Binacional e empresas colonizadoras e outros casos no Brasil. Acredita que é um tema que precisam avançar, mas com essa mudança, funções no Comitê, precisam avaliar como vão seguir esse trabalho e posteriormente precisam falar mais sobre esse tema. Dra Ivete assinala que

CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,
Verdade e Justiça do Paraná



precisam marcar essa conversa com o Secretário e esclarecer definitivamente isso, a razão da existência da Comissão são as recomendações da Comissão Estadual e a continuidade dos trabalhos que inclui essa questão que o Aluizio e o Prof. Clóvis trouxe também. Norton (UFPR) dá as boas vindas ao Guilherme (TCE) e fala que a vinda do Tribunal de Contas para dentro do CEMVEJ é um ganho imensamente positivo, e sugere fazer isso, e no mesmo movimento trazer o Ministério Público do Trabalho (MPT) e na sequência marcar com o Secretário para falar do Decreto do Comitê, acha que não é só uma questão de explicação precisa ter uma correção nesse Decreto. E na questão da possibilidade da criação da Comissão Indígena é uma boa notícia e sugere conversarem com Guilherme Boulos que é uma pessoa sensível as temas sociais. Claudia Cristina Hofmann (LUME) afirma que essa solicita ao Norton (UFPR) que tinha compilado a redação do Decreto antigo com as informações do Decreto novo, se ele puder colocar novamente no Whatsapp para todos verem, mandar da mesma forma que já foi enviado uma vez para que possam ver a redação do novo Decreto. Norton (UFPR) se compromete a enviar a redação do novo Decreto. Claudia Cristina Hoffmann (LUME) fala da importância da Comissão Indígena da Verdade, o trabalho que fizeram lá no Relatório da Comissão da Verdade abriu caminhos para se discutir com mais assertividade a questão Indígena e acha que o próprio acordo que a Itaipu vem fazendo é consequência do trabalho da Comissão Estadual da Verdade do Paraná, e sobre aquela ação civil pública só caminhou a partir das documentações que conseguiram comprovar as violências, ressalta que é importante ver esse trabalho sendo consolidado e avançando. E com relação a questão Quilombola tem feito uma análise sobre quais Relatórios no Brasil contemplaram a questão Quilombola e quais no Brasil contemplaram nas recomendações, aqueles textos que contemplaram grupos vulneráveis, mas não colocaram eles nas recomendações correm o risco que as violências não sejam reparadas. No caso do Paraná conseguiram escrever três textos pequenos e conseguiram contemplar o Quilombo do Varzeão, Paiol de Telhas, falar do Manuel Silíaco dos Santos, colocar dentro do Relatório da Comissão da Verdade conseguiram colocar numa das recomendações e recentemente a Dra

CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,
Verdade e Justiça do Paraná



Ivete recebeu uma correspondência do MPF, porque a partir desse Relatório querem reparar essas Comunidades, já entregaram esse Relatório há oito anos, fala que tem que olhar para a realidade, cumpriram duas recomendações e meia, a primeira inteira é a criação do Comitê Estadual da Verdade e Justiça, a criação do LUME que estão tentando se fortalecer e a meia, é a questão da reparação de Itaipu com os Povos Indígenas, tem muito trabalho para ser realizado e agora mexeram no Decreto do Comitê. Dra Ivete (SEPAJ) informa que tem também a ação proposta perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos quanto ao Massacre de Medianeira, Aluizio (SINDIJOR) assinou também, Dr Rafael formulou a ação e todos estão acompanhando, acha que está tendo um bom seguimento. Aluizio (SINDIJOR) relembra que tem também o trabalho de ir em nas escolas orientar de forma didática, pedagógica falar para os estudantes e que isso faz parte das recomendações. Dra Ivete (SEPAJ) fala que tem ido constantemente em escolas, dia vinte e cinco de novembro tem um convite para ir na UFPR, e criando uma Comissão OAB nas escolas e que estão todos convidados para participar, ainda que não sendo advogados podem funcionar como Consultores. Guilherme Avelino (TCE) aceita o convite para participar, e sugere em relação ao convite ao Presidente do Tribunal citar que o Conselheiro Dr Maurício Requião participou da tratativas e da reunião, para cobrar agilidade do procedimento. Dra Ivete sugere que se for preciso ir pessoalmente entregar o ofício, fazem uma pequena comitiva, menciona que precisa conversar com o conselheiro Dr Maurício Requião sobre uma questão de cooperativas bem populares da região sul, Quitandinha. Ressalta a atividade que participaram semana passada que contou com a presença de Aluizio (SINDIJOR) na OAB da Comissão de Justiça de Transição que o Presidente é o Dr Daniel Godoy, Conselheiro Suplente do CEMVEJ (SEPAJ). Cita a doação feita pelo conselheiro Aluizio (SINDIJOR) de documentos importantes, cartas escritas por ele na prisão para sua família, sua esposa, uma leitura emocionante, achou interessante, a esperança de sair dali, de continuar numa luta. Aluizio (SINDIJOR) explica que essas cartas não passaram pela censura do presídio, saíram de dentro da prisão pelas mãos de uma freira que escondia dentro da roupa, elas não eram revistadas,

restaram três cartas que ficaram por cinquenta e sete anos escondidas no sótão da casa de sua sogra, essas cartas foram escritas no ano 1969, afirma que fez questão de fazer uma doação das cartas para serem expostas lá no LUME e tenha uma legenda com o ano e de que forma elas foram retiradas na prisão, onde ele fala um pouco da tortura e para que as cartas sejam preservadas. Cláudia Cristina Hoffmann (LUME) solicita um aparte, expressa que vai ser especial cuidar disso no LUME, agradece a confiança, e sugere que já podem compor o próprio Relatório do Inventário Participativo Memória Verdade e Justiça, informa que começaram nesta semana uma etapa do Projeto que recebe novos documentos, novas histórias, novas fotografias, tem um canal direto do Projeto Inventário Participativo Memória Verdade Justiça, estão recebendo complementos para poder ter mais conteúdos, suprir alguma lacuna e acha que as cartas vão ter um papel fundamental nessa etapa do projeto. Dra Ivete (SEPAJ) pergunta se a Fabiane (DEAP) tem alguma sugestão de como colocar na Sala LUME as cartas para sua preservação e conservação. Fabiane (DEAP) acredita que de para incluir no mesmo fundo e então fazer um Termo de Doação para registrar a doação. Claudia Cristina Hoffmann (LUME) ressalta que o LUME não tem ambiente adequado para preservar um documento, podem tirar uma cópia para expor, para que fique lá na Sala do LUME para ser contemplado numa exposição, e fazem um termo encaminhando a documentação para o Arquivo Público da mesma forma que a Comissão encaminhou em 2017 a Documentação do Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Paraná, e que o Arquivo se comprometa em cuidar desse material pensando na manutenção e na conservação para a posteridade. Lembra da documentação do Relatório da Comissão da Verdade que foi encaminhada em caixas em 2017 e este ano ao elaborar o Projeto Inventário Participativo resultado de um edital público, trabalharam com essa documentação, ainda estavam em caixas no arquivo, não tinham sido catalogadas, nem feito inventário delas, e alguns materiais se deterioraram como os CDs das Audiências Públicas, essas memórias não se recuperam, então agora o Projeto Inventário Participativo foi quem listou e catalogou a documentação. Claudia Cristina Hoffmann (LUME) fala que

conversaram, e o Arquivo Público do Paraná precisa ter Historiadores e Arquivistas. Fabiane (DEAP) informa que o estado tirou essas funções do quadro mas que já pediram agora para serem incluídas, o que voltou do Protocolo que solicitaram a inclusão que o próximo concurso só em 2027, vão abrir novamente uma nova Licitação para contratação de terceirizados tanto de Arquivista como Historiador, a Secretaria de Cultura pediram também Museólogo e outras funções que pediram para voltar a ter no quadro porque está devassado nessas áreas. Norton (UFPR) questiona se o Arquivo Público tenha dado o tratamento do acervo, souberam também da perda de duas caixas e dos DVDs, fala que várias Audiências Públicas que deveriam estar disponibilizadas a público porque nelas tem o depoimentos das vítimas não está aberto a acesso público e não está tratado esse material, acha que precisam ter uma informação de situação sobre esse material todo e quando eles vão ser dados acesso público, que a ideia era que tivessem um portal dentro da página do CEMVEJ ou uma seção dentro do Arquivo Público na página na internet para que as pessoas tivessem acesso ao acervo. Fabiane (DEAP) frisa que pegou o Arquivo Público com várias frentes de trabalho e demandas, a digitalização acabou não acontecendo ainda nem deste e nem de outros fundos, vão receber scanner novo e estão com protocolo para aquisição de scanners e também já procurando no mercado empresa para digitalização, as vezes são documentos sensíveis, as vezes precisa ser reparado o documento antes, higienizado, essa nova gestão está com o compromisso de iniciar vão pegar alguns fundos, e podem pegar para um dos projetos para abrir uma licitação de digitalização de uma empresa privada, estão recebendo mais servidores para o DEAP, Claudia Cristina Hoffmann (LUME) diz que gostariam que o acervo da Comissão Estadual da Verdade do Paraná tivesse prioridade, pelo resultado da lista elaborada pela Flávia que é a Pesquisadora que está fazendo o trabalho do Arquivo Público, acha que é mais de dois mil documentos, sugere convidar a Flávia para a próxima reunião para ela falar como estão os documentos e essa etapa do projeto. Pergunta para Adriane (SEEC) se ela está sabendo da conversa que tiveram com a Dra. Eliete sobre a possibilidade da Secretaria da Cultura (SEEC) entrar no Termo de Cooperação do LUME e qual o

CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,
Verdade e Justiça do Paraná



melhor encaminhamento. Adriane (SEEC) responde que sim, fazer um ofício, falar com a secretária Luciana, teria que ser de Secretaria para Secretaria, neste momento áudio inaudível. **Informes Gerais:** Dra. Ivete informa que a Desembargadora Dra. Maria Aparecida está participando nessa atividade da OAB, foi convidada a compor a OAB também, está como Consultora e vai passar a compor como advogada a Comissão. Clóvis (UNILA) solicita a palavra e fala do esforço e trabalho do comitê que não é suficiente, precisa que o estado assumira esse tema que o governo do estado assumira, pensou se não seria o caso de uma conversa com Parlamentares de pensar por exemplo naquela ideia na dimensão pedagógica de material didático para escolas, transformar esse relatório em diferentes temas em material pedagógico, precisava talvez formar uma Comissão e levar talvez para conseguir verbas através de Emendas Parlamentares, uma bancada ou deputado, pelo menos colocar em prática esse tema de transformar esse relatório em material paradidático, que ele sirva também para além da escola. Sugere que se organize dentro desse comitê um grupo para pensar e organizar isso independentemente do Decreto, acha que eles tem obrigação moral com as pessoas que sofreram as violações de direito e com a sociedade contemporânea de fazer isso. Dra. Ivete (SEPAJ) fala que além disso uma coisa que na sua opinião não demanda nenhum gasto são as mudanças de nomes de logradouros públicos, escolas, entre outros que atualmente estão em nome dos repressores, ditadores, e é uma das recomendações da Comissão da Verdade, pelo que ela sabe isso demanda do poder Legislativo, fala que parece que a Constituição do Paraná proíbe essas mudanças, teriam que fazer isso. Norton (UFPR) diz pensar que valia a pena retomarem a ideia de conversar com a Secretaria de Ciências, Tecnologia e Ensino Superior para abrir edital para essa ação de formação de material didático e paradidático, a SETI tem recursos em especial via Fundação Araucária para incentivar as universidades a produzirem pesquisas e material nessa temática que não tem aparecido de maneira específica nos editais da Fundação Araucária, acha que a formação do edital permita formar um núcleo de pesquisa para produção de material didático via universidade é muito produtivo e bem vindo, as estaduais em

CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,
Verdade e Justiça do Paraná



modo geral tem, acha que dá para produzir bastante coisa interessante com recursos da Secretaria de Ciências e Tecnologia e Ensino Superior, mas precisam conversar com eles. Cláudia Cristina Hoffmann (LUME) sugere que um encaminhamento seria convidar um representante da SETI para compor o CEMVEJ e acha que a SETI deveria compor o Termo de Cooperação do LUME. Clovis (UNILA) em tom de concordância sugere para que eles poderiam estar na próxima reunião, pautar esse tema e eles estarem presente. Norton (UFPR) explica que os recursos da SETI eles abrem um edital para que as universidades proponham projetos de pesquisa dentro dos seus grupos de pesquisadores, propõe o projeto que vai para o comitê de análise da secretaria e se é aprovado o pesquisador chefe recebe o recurso e seguir as regras do edital e produzir fazer ciência de qualidade, é possível incentivar a produção de material didático e material áudio visual. Dra. Maria Aparecida (TJPR) acha que seria interessante que a SETI integrasse o Comitê e fosse parceira no trabalho que está sendo desenvolvido, ter no Comitê essa transparência ou conexão de cooperação com todos esses organismos para que possam obter esses resultados mais esperado e fala de um artigo escrito por uma colunista na Folha de São Paulo sobre um evento em que a Ministra Elizabeth Rocha do Superior Tribunal Militar participou também uma série de autoridades e houve uma manifestação da Ministra no sentido de pedir desculpas referente a ditadura militar fala que é a primeira vez que isso ocorre nesses cinquenta anos, foram mencionados diversos ex presos políticos, alguns sobreviventes outros não, são lutas duríssimas enfrentadas ao longo do tempo e acha que é essa a finalidade que o Comitê tem proposto, se as pessoas procurarem o que já foi feito, a importância que tem a Sala LUME e tantas atividades que já foram desenvolvidas, muitas delas sem recurso, só com o empenho pessoal e voluntário de cada membro e parabeniza todos (as) os conselheiros que participaram desde a Comissão Estadual da Verdade e encerra dizendo que é uma busca incessante. Dra. Ivete (SEPAJ) expressa que os parabéns são extensivos a Dra. Maria Aparecida porque a Sala LUME deve muito ao seu empenho junto ao Tribunal, ao Dr. Olympio (MP) a Cláudia Cristina Hoffmann (LUME). Dra. Maria Aparecida fala da elaboração do

CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,
Verdade e Justiça do Paraná



relatório, acha que um dos poucos relatórios reconhecidamente que se aprofundou em vários temas é um marco na nossa história, pelo menos não esquecer e não apagar esses pontos obscuros que aconteceu no nosso País. **Encaminhamentos:** Gilberto (Assistente Administrativo - UTSC/SEJU) fala em relação a convidar a SETI para compor o CEMVEJ. Claudia Cristina Hoffmann (LUME) esclarece que não vai ser membro votado, vai ser um integrante convidado, não há limite, podem convidar as pessoas para compor, informa que vão ser 3 (três) ofícios de encaminhamento, para o Ministério Público do Trabalho (MPT), Tribunal de Contas do Estado (TCE), e para Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia (SETI), vão convidar para fazerem parte do Comitê Verdade Memória Justiça como convidados especiais e ai conseguem articular dentro da reunião a possibilidade deles fazerem parte do termo de Cooperação do LUME. E solicita ao Gilberto (UTSC/SEJU) se foi encaminhado o ofício para a Secretaria de Estado da Educação para eles confirmarem quem são os representantes no Comitê Estadual e se teve resposta. Gilberto (UTSC/SEJU) confirma que foi enviado, foi por protocolo, ainda não obtiveram resposta. Reforça que como encaminhamento o convite para o MPT, Tribunal de Contas e SETI para serem convidados especiais no CEMVEJ, um Ofício convidando a Secretaria Estadual de Cultura para fazerem parte do Termo de Cooperação do LUME e vão aguardar a resposta da Dra Luciana para ver se há esse interesse, oferece ajuda ao Gilberto para redigir, e também menciona que o professor Clovis sugeriu criar uma Comissão dentro do CEMVEJ para discutir um projeto de material didático a partir do Relatório, e questiona quem gostaria de fazer parte dessa Comissão, depois combinam uma reunião para falar desse projeto. O professor Clóvis (UNILA) se dispõe e tem interesse em participar. Cláudia Cristina Hoffmann (LUME) também se dispõe a participar e informa que o outro encaminhamento é chamar a Flávia para apresentar como está a situação dos documentos no Arquivo Público. Guilherme (TCE) informa que vai verificar um horário para que possam fazer o convite pessoalmente. Dra. Ivete fala que precisam monitorar a resposta da Secretaria de Educação e a resposta do Ofício para o Tribunal de Justiça. Dra. Maria Aparecida informa que vai conversar com o TJ na quarta-feira independentemente do

CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,
Verdade e Justiça do Paraná



protocolo, com a cópia já do ofício, de posse disso vai conversar e tentar agilizar o que for possível lá dentro do Tribunal. Dra. Ivete informa que precisa de um Termo de Doação das cartas que o Alúizio entregou. Fabiane (DEAP) solicita que passem os documentos, eles tramitam o protocolo. Claudia Cristina Hoffmann (LUME) solicita se que puderem passar primeiro pelo LUME como foi doação também para o LUME, porque fazem o registro lá de tudo que foi doado para o LUME para depois encaminhar para o Arquivo Público. **9. Encerramento:** Por fim, Dra Ivete agradeceu a presença de todos e todas, e deu por encerrada a Reunião Ordinária da Assembleia Geral do Comitê Estadual de Memória, Verdade e Justiça do Paraná. A presente ata foi lavrada por Eucaris Ferreira da Rocha. Revisada por Jane Cristina Lobato Vasques.